



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma

**LEI N° 7866/2012**

Ementa

**Veda abandono de animal; e revoga dispositivo correlato da Lei 2.814/85.**

Data da Norma

**12/06/2012**

Data de Publicação

**19/06/2012**

Veículo de Publicação

Matéria Legislativa

**[Projeto de Lei n° 10378/2009](#) - Autoria: Leandro Palmarini**

Status de Vigência

**Revogada**

Observações

**Autor: LEANDRO PALMARINI**

Histórico de Alterações

**Data da Norma**

19/10/2016

16/04/2018

**Norma Relacionada**

[Lei n° 8727/2016](#)

[Lei n° 8939/2018](#)

**Efeito da Norma Relacionada**

Alterada por

Revogada por



## Câmara Municipal de Jundiaí

Estado de São Paulo

*(Compilação – atualizada até a Lei nº 8.727, de 19 de outubro de 2016)\**

### **LEI N.º 7.866, DE 12 DE JUNHO DE 2012**

Veda abandono de animal; e revoga dispositivo correlato da Lei 2.814/85.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de maio de 2012, **PROMULGA** a seguinte Lei:

**Art. 1º** É vedado abandonar animal de qualquer espécie em qualquer local.

**Parágrafo único.** Considera-se abandonado o animal encontrado:

**I** – preso ou vagando fora dos limites da propriedade de seu responsável;

~~**H** – em propriedade alheia, mediante denúncia do interessado.~~

**II** – em propriedade alheia não dotada de infraestrutura específica para a guarda de animais.

*(Redação dada pela Lei n.º 8.727, de 19 de outubro de 2016)*

**Art. 2º** A infração desta lei implica as seguintes sanções:

**I** – apreensão do animal;

**II** – no caso de animal identificado, o proprietário será comunicado para proceder à sua retirada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sem custas e sem imposição de penalidade;

**III** – no caso de animal não identificado, ou vencido o prazo sem que ele tenha sido retirado:

**a)** se não reclamado, será leiloado, como couber, ou doado através de programa municipal de incentivo à doação de animais abandonados;

**b)** se reclamado, a retirada far-se-á mediante requerimento do interessado e pagamento de multa, na seguinte forma:

**1.** se cão ou gato: R\$ 1.000,00 (um mil reais);

**2.** demais animais: R\$ 3.000,00 (três mil reais);

**IV** – ao proprietário do imóvel onde o animal estiver abandonado, desde que ele não seja o denunciante: *(Inciso e alíneas acrescidas pela Lei n.º 8.727, de 19 de outubro de 2016)*

**a)** se cão ou gato: R\$ 1.000,00 (um mil reais);

**b)** demais animais: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

---

\* Esta compilação foi elaborada pela Câmara Municipal de Jundiaí com a finalidade de facilitar a consulta por munícipes e demais interessados. Ela não substitui as leis publicadas na Imprensa Oficial do Município.



## **Câmara Municipal de Jundiaí**

Estado de São Paulo

*(Compilação da Lei nº 7.866/2012 – pág. 2)*

**Parágrafo único.** A multa será dobrada do caso de reincidência ou animal portador de zoonose.

**Art. 3º** A verificação do abandono dar-se-á mediante:

- I** – constatação *in loco* feita pela fiscalização própria da Municipalidade; ou
- II** – denúncia apresentada por 2 (duas) ou mais pessoas idôneas e que não sejam de mesma família, diretamente à Administração ou a organização não-governamental que trate de defesa dos animais, que acionará as autoridades competentes, assegurando-se sempre rigoroso sigilo aos denunciantes durante todo o processo administrativo.

**Art. 4º** A aplicação das penalidades pecuniárias administrativas não desobriga o proprietário ou responsável pelo animal de oferecer-lhe abrigo e tratamento adequado, bem como não o exime das sanções penais previstas no art. 32 da Lei federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

**Art. 5º** É revogado o art. 2º da Lei nº 2.814, de 27 de março de 1985.

**Art. 6º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**MIGUEL HADDAD**

Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos doze dias do mês de junho de dois mil e doze.

**SUSANA APARECIDA FERRETTI PACHECO**

Respondendo pela Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos

\scpo



**LEI N.º 7.866, DE 12 DE JUNHO DE 2012**

Veda abandono de animal; e revoga dispositivo correlato da Lei 2.814/85.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ**, Estado de São Paulo, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de maio de 2012, **PROMULGA** a seguinte Lei:-

**Art. 1º.** É vedado abandonar animal de qualquer espécie em qualquer local.

**Parágrafo único.** Considera-se abandonado o animal encontrado:

- I – preso ou vagando fora dos limites da propriedade de seu responsável;
- II – em propriedade alheia, mediante denúncia do interessado.

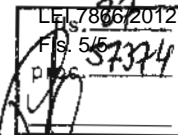
**Art. 2º.** A infração desta lei implica as seguintes sanções:

- I – apreensão do animal;
- II – no caso de animal identificado, o proprietário será comunicado para proceder à sua retirada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sem custas e sem imposição de penalidade;
- III – no caso de animal não-identificado, ou vencido o prazo sem que ele tenha sido retirado:
  - a) se não-reclamado, será leiloado, como couber, ou doado através de programa municipal de incentivo à doação de animais abandonados;
  - b) se reclamado, a retirada far-se-á mediante requerimento do interessado e pagamento de multa, na seguinte forma:
    - 1. se cão ou gato: R\$ 1.000,00 (um mil reais);
    - 2. demais animais: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

**Parágrafo único.** A multa será dobrada do caso de reincidência ou animal portador de zoonose.

**Art. 3º.** A verificação do abandono dar-se-á mediante:

- I – constatação *in loco* feita pela fiscalização própria da Municipalidade; ou
- II – denúncia apresentada por 2 (duas) ou mais pessoas idôneas e que não sejam de mesma família, diretamente à Administração ou a organização não-governamental que trate de defesa dos animais, que acionará as autoridades competentes, assegurando-se sempre rigoroso sigilo aos denunciantes durante todo o processo administrativo.



**Art. 4º.** A aplicação das penalidades pecuniárias administrativas não desobriga o proprietário ou responsável pelo animal de oferecer-lhe abrigo e tratamento adequado, bem como não o exime das sanções penais previstas no art. 32 da Lei federal nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

**Art. 5º.** É revogado o art. 2º. da Lei nº. 2.814, de 27 de março de 1985.

**Art. 6º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

  
**MIGUEL HADDAD**  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos doze dias do mês de junho de dois mil e doze.

  
**SUSANA APARECIDA FERRETTI PACHECO**

scc.1

Respondendo pela Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos

